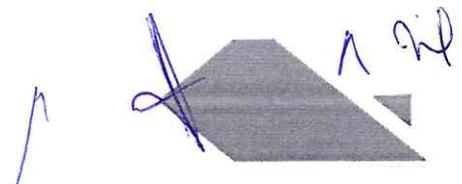
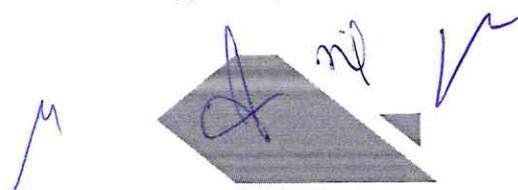


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA OPERAÇÃO, ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO, NÃO PEDAGÓGICOS, INCLUINDO CONSTRUÇÃO, REFORMA, REQUALIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE DE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE

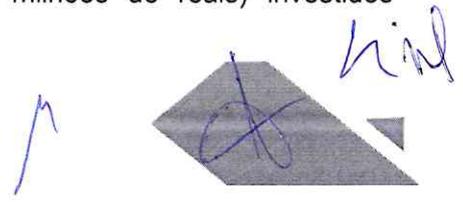
Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no auditório do Paço Municipal de Fortaleza, localizado à Rua São José, nº 01, Centro realizou-se a abertura da audiência pública referente ao processo de licitação para concessão administrativa para operação, através da prestação de serviços de apoio, não pedagógicos, incluindo construção, reforma, requalificação e manutenção da infraestrutura das unidades de ensino da rede de pública do município de Fortaleza/CE, cujo aviso de convocação foi publicado em jornal de grande circulação no dia 12 de setembro de 2019, no Diário Oficial do Município – DOM de Fortaleza nº 16.586, do dia 12 de setembro de 2019, bem como no endereço eletrônico <https://desenvolvimentoeconomico.fortaleza.ce.gov.br/pppfor/consultas-e-audiencias.html>, em obediência ao previsto no artigo 39, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Compôs a mesa dos trabalhos Samuel Antônio Silva Dias, Secretário da Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, Rodrigo Nogueira Diogo de Siqueira, Coordenador da Coordenadoria de Fomento à Parceria Público-Privada – PPPFor, Joaquim Aristides de Oliveira, Secretário Executivo da Secretaria Municipal da Educação – SME, e Ana Manuela Marinho Nogueira, Secretária da Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEINF. Iniciando os trabalhos, o Secretário Samuel Dias comunicou que estava aberta a audiência pública, passando a palavra ao Coordenador Rodrigo Nogueira, o qual fez a apresentação do projeto, conforme previsto no cronograma da audiência. Informou que a consulta pública teve início em dezesseis de setembro de dois mil e dezenove, encerrando-se em quinze de outubro de 2019. Ato contínuo, o Coordenador Rodrigo Nogueira iniciou apresentando um case de sucesso no Brasil, qual seja, a parceria público-privada entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Inova BH, que iniciou projeto semelhante construindo 37 (trinta e sete) escolas. Em seguida, explicou que o projeto objeto da audiência pública teve seu início com o Procedimento de Manifestação de Interesse, cujas fases foram a publicação do edital em 30 de novembro de 2018, a abertura da licitação em 26 de dezembro de 2018, a autorização dos interessados em 16 de janeiro de 2019, a entrega dos estudos em 28 de maio de 2019, o que culminou hoje com a audiência pública. Ademais, com o Procedimento de Manifestação de Interesse, foram desenvolvidas, recebidas e analisadas quatro modelagens: de engenharia e arquitetura, operacional, econômico-financeira e jurídica, as quais juntas formam a Parceria Público-Privada das Escolas. Expôs que as diretrizes que nortearam o projetos foram a prestação de serviços de apoio, não-pedagógicos, realizados pelo ente privado; a implantação e manutenção de infraestrutura escolar adequada, bem equipada e favorável ao aprendizado; o atendimento às necessidades locais dos alunos, com uma ágil requalificação dos prédios escolares; e a liberação dos profissionais da educação para desenvolvimento de atividades exclusivamente pedagógicas. Em seguida,



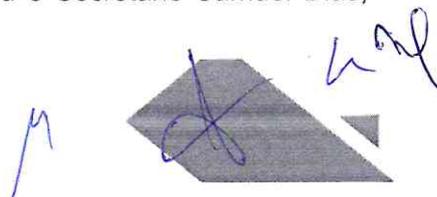
apresentou o *Value for Money*, indicando que as principais vantagens da contratação por meio de uma parceria público-privada nesse caso em comento são: a eficiência no uso dos recursos públicos, a sinergia entre projeto, construção e operação, a eficiência na execução, a desoneração do Poder Público, a maior capacidade de fiscalização, o aumento da arrecadação de impostos, o menor *payback* social, o menor custos de operação e manutenção, o maior controle sobre o serviço prestado, a transferência de riscos para o ente privado e a redução do prazo de implantação para o usuário. Continuou reforçando que, com a transferência da gestão não pedagógica, manutenção e conservação para a futura concessionária, alguns objetivos seriam facilmente alcançados, como o aumento dos padrões de eficiência dos serviços não-pedagógicos, a garantia da completa acessibilidade dos alunos e dos funcionários, a implantação de novos e modernos equipamentos nas unidades de ensino e a criação de padrão e identidade visual nas unidades de ensino da rede pública do município de Fortaleza. Ademais, ressaltou que serviços de apoio a serem prestados pelo ente privado que estão inclusos no escopo da parceria se apoiam em quatro pilares, quais sejam: um, conservação e limpeza das salas de aula e laboratórios, pátio, quadras e área externa, cozinha, refeitório e banheiros, secretarias, sala dos professores e administração; dois, manutenção preventiva e corretiva civil, elétrica e hidráulica, jardinagem, equipamentos e móveis; três, recebimento de insumos e produção de alimentação escolar, com recebimento, estocagem e manipulação adequados; e quatro, portaria e proteção patrimonial, 24 (vinte e quatro) horas e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, com câmeras e Circuito Fechado de Televisão – CFTV. Seguiu a exposição, apresentando, como estimativa de investimentos privados, o *capex* de R\$147.610.591,00 (cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e dez mil e quinhentos e noventa e um reais) e o *opex* de R\$316.392.029,00 (trezentos e dezesseis milhões, trezentos e noventa e dois mil e vinte e nove reais). Em sequência, continuou o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada, apresentando os indicadores econômicos do projeto, sendo 9,24% (nove inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) a Taxa Interna de Retorno – TIR Real, 8,98% (oito inteiros e noventa e oito centésimos por cento) o WACC Real, ou seja, o Custo Médio Ponderado de Capital, e 9,5 (nove inteiros e cinco décimos) anos o *payback*. Ainda informou que a Prefeitura Municipal de Fortaleza faria nesse projeto o aporte de 90% (noventa por cento) das obras e dos equipamentos, o que representaria um total estimado de R\$101.560.718,00 (cento e um milhões, quinhentos e sessenta mil e setecentos e dezoito reais). Empós, apresentou os investimentos estimados com obras civis e construções por unidade de ensino, além de cronograma previsto de obras para cada unidade, com prazo de execução em meses. O Coordenador Rodrigo Nogueira explicou como seria calculada, apresentando as fórmulas, a contraprestação pública mensal. Primeiramente, a contraprestação pública mensal durante as obras, reforçando a importância do Fator de Disponibilidade, que representa, em percentual, o valor da infraestrutura de cada unidade de ensino não apenas construída, reformada, requalificada ou readequada, mas disponibilizada, como preleciona a lei. E também a contraprestação pública mensal após a entrega das obras e disponibilidade da infraestrutura, em que 85% (oitenta e cinco por cento) seria fixa e 15% (quinze por cento)



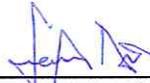
variável, com a aplicação do Índice de Eficiência – IEF, este calculado através de oito sub-índices, Continuou explicando que 20% (vinte por cento) do Índice de Eficiência estava atrelado à disponibilidade de infraestrutura e 80% (oitenta por cento) à qualidade do serviço prestado, reforçando que a avaliação do desempenho estava focada na prestação dos serviços de apoio não-pedagógicos mais eficientes e não apenas na entrega físicas das unidades de ensino. Para ilustração, como bem disse o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada, em sua exposição, trouxe à baila imagens referenciais de fachadas dos prédios da unidades que se pretende reformar, requalificar e readaptar com este projeto, bem como imagens referenciais das áreas comuns, quadras, refeitórios, salas de aula e outros. Em sequência, propôs uma estrutura de governança para a parceria, sendo dividida em duas esferas: uma, institucional, composta pela Secretaria Municipal da Educação – SME e a Diretoria da Concessionária; e duas, operacional, composta pela Unidade Escolar e a Gerência da Concessionária, subdividida em administração, operação e manutenção. Ressaltando a importância da estrutura de garantias, o Coordenador Rodrigo Nogueira fez breve síntese de como esta funcionaria, através de um Contrato de Conta Garantia, com saldo mínimo de 3 (três) contraprestações, gerido por uma Instituição Financeira, figurando nos polos o Poder Concedente e a Concessionária, decorrente do Contrato de Parceria Público-Privado. Continuou listando os recursos que podem ser depositados na Conta Garantia: recursos provenientes do Quota Salário Educação – QSE; até 6% (seis por cento) do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; bens móveis e imóveis; doações, auxílios, contribuições e legados destinados ao Fundo Garantidor de PPPs (FGP) Municipal; rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do FGP; outros recursos orçamentários do Tesouro e créditos adicionais; recursos provenientes da União; e outras receitas destinadas ao Fundo. Ressaltou, ainda, a importância da Matriz de Riscos, sendo vislumbrados e categorizados em três linhas mestras, quais sejam, riscos de engenharia, riscos econômico-financeiros e riscos jurídicos. Reforçou que, apesar de haver previsão dos riscos no contrato e assumidos pelas partes, conforme alocação destes estabelecida na matriz anexa à Minuta de Contrato, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, o seu retorno ao equilíbrio será garantido por meio de mecanismos de recomposição expressos na Minuta de Contrato. Ainda na sequência do projeto, deixou claro que, ao final do contrato de concessão, haverá reversibilidade dos bens, como bem determina a legislação em vigor. Expôs um quadro com resumo do procedimento licitatório, no qual a modalidade de licitação era a concorrência, com modalidade de contratação por meio de concessão administrativa, critério de julgamento baseado no menor valor da contraprestação pública, prazo de contrato de 25 (vinte e cinco) anos, com lote único e sendo admitida participação em consórcio, limitada a, no máximo, 3 (três) integrantes. Trouxe, como resultados e benefícios esperados, o foco nos profissionais de ensino, a valorização dos alunos, a qualidade e acessibilidade das infraestruturas, a agilidade nos serviços não-pedagógicos e a padronização das unidades de ensino. Isso, em números, segundo o Coordenador Rodrigo Nogueira, representaria benefício para 9 (nove) mil alunos com criação de 6 (seis) mil novas vagas e R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) investidos



reversíveis à Prefeitura Municipal de Fortaleza, o que geraria economia para os cofres públicos, através de projeto âncora no ensino básico, além de agregar as unidades de ensino. Por fim, mostrou o cronograma previsto para as etapas posteriores à audiência e consulta públicas, com publicação de licitação em dezembro deste ano, assinatura do contrato em fevereiro do ano vindouro e primeiros investimentos já para março de 2020. Não poderia deixar de informar o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada as diversas formas de contato, através das quais qualquer pessoa, física ou jurídica, pode suscitar contribuições, questionamentos, dúvidas e sugestões. Agradeceu e passou à palavra à Secretária Manuela Nogueira, que reforçou o fato de os serviços a serem prestados pelo ente privado são apenas os serviços de apoio, não pedagógicos, fazendo um parâmetro com a relação existente hoje entre a Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEINF e a Secretaria Municipal da Educação – SME, em que as obras e as manutenções das obras foram assumidas pela SEINF e toda a parte pedagógica fica a cargo da SME. No caso do projeto apresentado, o escopo de obras ficará sob a responsabilidade da Concessionária, de forma estruturada e eficiente, e não a cargo da SEINF, como acontece nas contratações tradicionais. Posteriormente, a palavra foi dada ao Secretário Executivo Joaquim Aristides, que ressaltou a grande expectativa que exista da SME em relação a esse projeto, tendo em vista que esta parceria representa um novo paradigma para operação das escolas, no qual o corpo pedagógico e diretivo da escola esteja com seu tempo totalmente focado no aluno e no aprendizado dele, ao mesmo tempo que será garantido o pleno funcionamento da escola em qualquer situação, evitando interrupções desnecessárias ou situações de trabalho precárias em alguns momentos. Apontou ainda que esse novo paradigma, como entende essa parceria público-privada, é uma aposta em função da experiência exitosa vista em Minas Gerais, como bem lembrado pelo Rodrigo Nogueira, tendo iniciado por lá com um número de unidades e já com expansão devido ao sucesso do projeto por lá. Ou seja, um projeto que tem grandes chances de ser exitoso aqui em Fortaleza, e assim o sendo, só quem ganha são os nossos alunos e nossos professores, podendo contar com ambiente de trabalho mais digno e em plenas condições de exercer de forma ampla e plena a sua atividade pedagógica. Acrescentou ainda que pode ser algo extremamente revolucionário, caso seja mantida essa qualidade pelo prazo de duração do contrato, ou seja, vinte anos, sem depreciação da escola, com permanência da unidade sempre atualizada, diferente do que ocorre hoje, em que muitas vezes a escola tem que ser praticamente reconstruída pela SEINF após alguns anos de construída. Ressaltou ainda que, de modo divergente do que fora adotado em Minas Gerais, aqui será incluída a produção dos gêneros como um dos serviços a serem prestado pelo ente privado, assistida pela Célula de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal da Educação, que dá o padrão de alimentação balanceado para os alunos. Melhor explicando, a aquisição dos gêneros seria mantida pela prefeitura, mas a operação, a preparação e a execução dos serviços da cozinha, no dia-a-dia, fica a cargo da Concessionária. Isso, como lição aprendida, tendo em vista que em Belo Horizonte, que a falha de um equipamento, faz a cozinha entrar em pane e a escola também, posto que o serviço de manutenção dos equipamentos da cozinha não foram inclusos. Empós, falou o Secretário Samuel Dias,



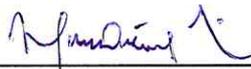
explanando que, apesar de ser um projeto piloto, que abrange apenas 5% (cinco por cento) da rede escolar do município, é importante pois busca dar foco na finalidade pedagógica da SME, tirando a responsabilidade de manutenção e operação do dia-a-dia da secretaria. Explicou o Secretário de Governo que a prefeitura poderia reformar e construir essas escolas, haja vista ter financiamento para isso, mas justifica a escolha da PPP, posto a importância da sinergia entre projeto, construção e operação, fazendo com que os padrões construtivos não influenciem na operação. Abordou, ainda, que a prefeitura está indo no limite do que pode ser financiado, para diminuir a exposição de caixa do parceiro privado, que vai ocorrer, praticamente, no período de construção. Reforçou que não há risco financeiro para essas construções, não dependendo de repasse de recurso federal. Agradeceu o interesse das empresas que se fizeram presentes, haja vista que entende que a disputa será acirrada, conseguindo diminuir o valor de operação, posto que é a principal variável para expansão do serviço na rede pública do município. Após as exposições, foi aberta a possibilidade de manifestação oral dos presentes, mas se quedaram silentes. Foi, por oportuno, repisada, pelo Coordenador Rodrigo Nogueira, a possibilidade de enviar as contribuições, questionamento, dúvidas e sugestões para o endereço eletrônico ueppp@fortaleza.ce.gov.br, até o dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, data em que se encerra o prazo da consulta pública. Ao final, o Coordenador Rodrigo Nogueira, agradeceu o trabalho de todos que participaram do projeto, assim como a atenção de todos que se fizeram presentes. A Audiência Pública foi encerrada às vinte horas. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, por mim, Sávía Erma Maia de Sousa, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da mesa, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove.



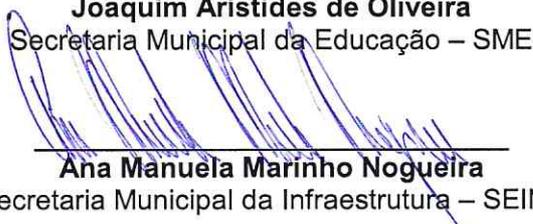
Samuel Antônio Silva Dias
Secretaria Municipal de Governo – SEGOV



Rodrigo Nogueira Diogo de Siqueira
Coordenadoria de Fomento à Parceria Público-Privada – PPPFor



Joaquim Aristides de Oliveira
Secretaria Municipal da Educação – SME



Ana Manuela Marinho Nogueira
Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEINF